

# Os Estudos Literários no séc. XXI: o passado próximo, a crise e o próximo futuro\*\*1

Isabel Fernandes\*

More so than any other subject, literature lends itself to powerful teaching.

Geoffrey Galt Harpham,  
“Politics, Professionalism, and the Pleasure of Reading” (2005)

Em anos recentes, dois eminentes teóricos da literatura, embora de diferente orientação, publicaram opúsculos reveladores de alguma preocupação quanto aos rumos actuais do ensino da literatura, quer a nível universitário quer liceal. Refiro-me a Terry Eagleton, com *How to Read a Poem* (2006) e a Tzvetan Todorov, com *La littérature en péril* (2007).

Terry Eagleton, conhecido pelas suas posições marxistas e pela sua combatividade não raro provocatória, vem advogar, algo surpreendentemente, as virtudes do *close reading* (ou leitura cerrada) e da retórica — um *close reading* politicamente informado, já se vê, e uma retórica reinvestida da sua dimensão pública e política e não apenas empalidecida enquanto manual de estilo ao serviço da poética (Eagleton 2006: 11). Ainda assim, Eagleton não tem dúvidas em apontar o dedo a um ensino superior que, a seu ver, divorciou a crítica literária da sua função de tomada de consciência dos circunstancialismos históricos presidindo quer à produção quer à recepção literárias, e que criou, além disso, uma diáde algo artificial. Escreve ele:

We face, then, an alarming situation. Literary criticism is at risk of renegeing on both of its traditional functions. If most of its practitioners have become less sensitive to literary form, some of them also look with scepticism on the critic’s social and political responsibilities. In our own time, much of this political inquiry has been offloaded on to cultural studies; but cultural studies,

---

\* CEAUL / Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

\*\* Sem a confiança, o incentivo e o inestimável apoio (científico e humano) que sempre recebi do Professor João Flor, este texto (e muito mais que está para lá dele) não teria sido possível. Aqui fica o meu agradecimento sincero, em forma de ensaio.

<sup>1</sup> Este texto corresponde à versão mais longa de uma comunicação apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da *Workshop Próximo Futuro*, nos dias 12 e 13 de Novembro de 2009.

conversely, has too often ditched the traditional project of close formal analysis. Each branch of study has learned too little from the other (Eagleton 2006: 16).

Como resultado, temos alunos incapazes de praticar crítica literária e conciliar, na prática da abordagem textual, competência analítica e consciência crítica (cf. Eagleton 2006: 1).

Tzvetan Todorov, famoso entre nós, sobretudo pela divulgação da obra dos Formalistas Russos e pela defesa do Estruturalismo francês, reconhece, numa argumentação curiosamente simétrica da de Eagleton, que o objectivo que norteou a sua acção e dos seus aliados nos alvares dos anos 60 (homens como um Gérard Genette ou um Serge Dubrovski) ou seja, restabelecer o equilíbrio entre as abordagens escolares dominantes à época (essencialmente biografistas e historicistas, e, portanto, movendo-se na periferia do texto) e uma atenção aos mecanismos internos do texto, acabou por ter um efeito perverso:

Mon intention (et celle des personnes qui m'entouraient à l'époque) était d'établir un meilleur équilibre entre l'interne et l'externe, comme entre théorie et pratique. Mais ce n'est pas ainsi que les choses se sont passées. L'esprit de Mai 68, qui n'avait en lui-même rien à voir avec les orientations des études littéraires, a bouleversé les structures universitaires et modifié profondément les hiérarchies existantes. Le mouvement du balancier ne s'est pas arrêté à un point d'équilibre, il est allé très loin dans la direction opposée: seules comptent aujourd'hui les approches internes et les catégories de la théorie littéraire (Todorov 2007: 29).

Todorov reporta-se à situação no ensino liceal francês que, no entanto, como ele próprio reconhece, não pode deixar de reflectir o modo como se ensina literatura no ensino superior. O objectivo redefinidor do papel da literatura e do seu estudo, encontra-o na formulação do filósofo Richard Rorty que considera que ela remedeia menos a nossa ignorância do que nos cura da ilusão da nossa auto-suficiência, dando-nos oportunidade de conhecer outros, diferentes de nós e, desse modo, propiciando uma compreensão mais alargada do mundo e da experiência humana (cf. Todorov 2007: 76-77).

As duas posições parecem movimentar-se em sentidos opostos: revalorização da atenção aos fenómenos internos do texto, como forma de reequilibrar o apagamento dos mesmos por parte dos *cultural studies* (no caso de Eagleton), ou (em Todorov) uma ênfase na dimensão externa do literário, designadamente na sua ligação com a experiência de vida do leitor e o seu contexto, em clara superação do solipsismo das abordagens de cunho formalista. Contudo, sendo ambas determinadas, em última análise, pela evolução sócio-histórica dos respectivos países, acabam por pôr em evidência o mesmo tipo de preocupações (com a disciplina dos estudos literários, os seus usos e respectivas consequências) e pretendem ter uma função equilibradora de situações encaradas como disfuncionais.

A referência a estas duas obras e ao caso paradigmático dos respectivos autores

tem a vantagem de nos chamar também a atenção para aquilo que, ao longo de todo o séc. XX, caracterizou a cena universitária no que respeita ao estudo da literatura: a sucessão de posições antagónicas, amiúde ferozmente assumidas, com consequências para o próprio reordenamento do tecido institucional e reposicionamento do lugar dos estudos literários. A isto se tem referido quem reflecte sobre a universidade do ponto de vista da disciplina dos estudos literários como a “crise” da literatura, situação “crítica” que, de tão dilatada no tempo, se teria tornado, no dizer dum estudioso, “um modo de vida”.<sup>2</sup>

Porquê crise?<sup>3</sup> Exactamente porque às sucessivas orientações teórico-críticas a que assistimos ao longo de todo o século passado corresponderam, em muitos casos, confrontações que marcaram a vida académica no âmbito das Humanidades, nas últimas décadas e que não são alheias às tomadas de posição e às novas configurações disciplinares e curriculares entretanto surgidas. Entre outras consequências, estes conflitos conduziram o estudo da literatura a uma situação de crise,<sup>4</sup> ao mesmo tempo que dispersaram os seus praticantes, filiando-os em posições teórico-ideológicas e/ou em endereços institucionais diversificados.<sup>5</sup>

As “batalhas” em torno do cânone<sup>6</sup> e as “guerras da cultura”,<sup>7</sup> como ficaram conhecidas, são designações que denotam bem até que ponto o espaço académico se tornou arena de agónicos combates, travados muitas vezes em nome duma causa política. Por penosos e desgastantes que possam ter sido para os envolvidos, os resultados, em muitos casos, parecem-me positivos: a revisão do cânone (no sentido de incluir autores ignorados ou marginalizados por questões de género, sexualidade ou raça, de legitimar formas literárias pouco valorizadas como a autobiografia (DeKoven 2002: 109) e de reconsiderar a chamada “cultura popular” [“popular

---

<sup>2</sup> A expressão é de G. G. Harpham, em “Beneath and Beyond the Crisis in the Humanities” (2005a: n.p.), onde, generalizando a situação crítica à área das Humanidades, afirma: “Once considered an affliction, crisis [in the Humanities] has become a way of life.”

<sup>3</sup> Sobre a ideia da crise nos estudos literários, vejam-se, por exemplo: Robert Scholes (1998), Hillis Miller (2001), e o já citado Harpham (2005a), entre outros.

<sup>4</sup> Grande parte da argumentação que se segue foi por mim desenvolvida e integrou parcialmente o relatório apresentado no âmbito das provas para acesso ao título de agregado em Dezembro de 2006.

<sup>5</sup> Muitos dos praticantes dos estudos literários protagonizaram, nas últimas décadas, movimentos migratórios para programas no âmbito da Teoria da Literatura, dos Estudos Comparados, dos Estudos Artísticos, dos Estudos de Tradução e até da Comunicação.

<sup>6</sup> *The Great Canon Controversy: The Battle of the Books in Higher Education* de William Casement (1996) é o significativo título duma das obras que se debruça sobre a polémica e a contestação às formações canónicas tradicionais.

<sup>7</sup> Assim ficaram conhecidas certas posições contraditórias na academia, na sequência da publicação da obra de Gerald Graff, *Beyond the Culture Wars: How Teaching the Conflicts Can Revitalize American Education* (1992).

culture”]) e o ímpeto historicizante<sup>8</sup> tornaram-se, em certa medida, salutares para corrigir tendências predominantemente “formalistas”<sup>9</sup> na abordagem das obras literárias e reintroduzir uma dimensão ético-política que tem a sua pertinência, desde que devidamente equacionada.

Na prática, porém, o que se verificou, como tantas vezes acontece em movimentos de natureza reactiva, e que Terry Eagleton, no seu livro, diagnostica, foi uma tendência de sinal contrário: uma redução dos textos ao contexto e o esquecimento ou a obliteração da sua dimensão “formal”. A prevalência duma orientação historicista patente em abordagens como o “new historicism”, os “estudos culturais” (*cultural studies*), os estudos pós-coloniais, os estudos feministas e de género, por exemplo, teve como resultado um enfoque em leituras conteudistas, tendentes a ler o texto literário à luz dos temas nele tratados, da representação de grupos identitários (e/ou minoritários, como os povos colonizados, as mulheres e os homossexuais) e da relação desses assuntos com fenómenos históricos contextuais, obscurecendo-se por completo, ou quase por completo, a dimensão linguístico-formal — lia-se / lê-se a mensagem, descurando-se a sua estrutura e textura enquanto linguagem, esquecendo que tais factores a moldam e veiculam, determinando a repercussão sobre o receptor.<sup>10</sup>

As leituras puramente internas e a-históricas, características da primeira metade do séc. XX, tais como praticadas, por exemplo, pelo New Criticism, que fechavam o texto em si mesmo absolutizando-o, foram, neste contexto, naturalmente, olhadas com suspeição, rejeitadas e denunciadas como fuga ou escamoteamento das determinações de índole política e/ou ideológica. Os estudos literários, tal como essa crítica os entendera, viam-se definitivamente reformulados por estes novos enfoques que tenderam a valorizar as realidades representadas nas obras e susceptíveis de serem equacionadas como causas extra-literárias, de índole ideológico-política.

O problema com alguma parte destas práticas prende-se com o modo um pouco ingénuo, ou apressado, de se projectarem nos textos literários determinados pressupostos e também o modo segundo o qual se valoriza o acto de representação literária, muitas vezes encarado qual processo de transposição directa e transparente, como se a representação literária pudesse ser reduzida à dimensão de reprodução mecânica, esquecendo, muitas vezes, a fractura ou refracção entre objecto real e objecto representado.<sup>11</sup> Este apagamento dos processos de codificação inerentes à

---

<sup>8</sup> Consubstanciado na famosa injunção de Frederic Jameson: “Always historicise!” (Jameson 1981)

<sup>9</sup> Designo assim as abordagens do texto literário que nele privilegiaram as características linguístico-estilísticas, descurando as considerações de natureza contextual, como aconteceu predominantemente na primeira metade do século XX.

<sup>10</sup> É a esse tipo de atitude que o texto de Eagleton procura responder, em gesto alegadamente reequilibrador.

<sup>11</sup> A propósito da complexidade do conceito de representação, veja-se W. J. T. Mitchell (1990, em especial p. 21). Veja-se ainda Jean Bessière (1995). Mais recentemente, consulte-se o 6º

representação origina práticas discursivas que tendem a ignorar o texto na sua materialidade significativa, promovem um entendimento determinista do mesmo (o texto é visto enquanto função directa de certas coordenadas espaço-temporais) e tratam-no como qualquer outro tipo de discurso. Ignoram, além disso, como um Pierre Bourdieu (1997: 42, por exemplo) fez questão de salientar, a realidade do espaço autónomo de produção dos bens simbólicos que são as obras literárias, espaço relacional em que cada agente e cada instituição têm de ser encarados nas suas relações objectivas com todos os outros.

Manifestações de insatisfação face ao que ficou conhecido como “cultural turn” têm vindo a fazer-se ouvir e têm coincidido temporalmente, ao menos, com a necessidade de repensar a própria universidade.<sup>12</sup> Julgo que nos encontramos num momento decisivo de questionação institucional e epistemológica e que estamos ainda a tempo de repensar as disciplinas e a sua organização institucional. Repensar a literatura e o seu ensino, no actual contexto, pode ajudar-nos a repensar a própria universidade. É o que procurarei fazer.

Neste início de séc. XXI, os estudos literários, como área de saber, apresentam-se como um campo de intersecção disciplinar que continua marcado por abordagens e interesses heterogéneos e por vezes conflituais que vão desde os já referidos “estudos culturais” à desconstrução, do feminismo e estudos de género aos estudos pós-coloniais, da crítica ecológica (*ecocriticism*) à crítica ética (*ethical criticism*), para citar apenas alguns. Cada uma destas práticas críticas, por sua vez, está longe de se apresentar como um espaço homogéneo, antes evidenciando orientações várias que lhe conferem um certo hibridismo (cf. Ziarek e Deane 2000: 1).<sup>13</sup> Tal proliferação e pluralismo têm sido encarados por muitos, como já referi, como configuradores duma situação de “crise”, ainda que a dilucidação do que se entende por crise nem sempre seja coincidente e muitas vezes aponte para diferentes interpretações e diagnósticos diversos do que afinal está em causa. Uns aludem à crise dos estudos literários enquanto campo disciplinar;<sup>14</sup> outros, extravasando os muros da academia, antecipam o fim da literatura tal como a entendemos desde meados do século XVIII

---

número de *Symbolism: An International Annual of Critical Aesthetics* (2006) especialmente dedicado a “Representation”.

<sup>12</sup> Vejam-se as tomadas de posição de Geoffrey Galt Harpham (2005b e 2005c). Podem ainda consultar-se: o número especial do periódico *Poetics Today* (2003), intitulado “Between Text and Theory; or the Reflective Turn”, em especial o artigo introdutório de James A. Knapp and Jeffrey Pence (2003a) e o texto de Krzysztof Ziarek e Seamus Deane (2000), entre outros.

<sup>13</sup> Consulte-se também, para uma visão mais pessimista sobre o assunto, Louis Menand (2001) sobre o que designa de “postdisciplinarity”. A peça de Louis Menand é comentada por Harpham (2005a).

<sup>14</sup> Veja-se, por exemplo, Timothy Clark (2002) e ainda os dois artigos de Harpham já mencionados: “Beneath and Beyond the ‘Crisis’ in the Humanities” (2005a) e “Politics, Professionalism, and the Pleasures of Reading” (2005b).

(cf. Hillis Miller 2001); outros ainda restringem o problema ao âmbito da definição do cânone, isto é, problematizam e questionam a constituição do conjunto de obras subsumíveis sob o qualificativo de literárias.<sup>15</sup>

Em qualquer dos casos e ainda que as questões implicadas pelos diversos entendimentos da crise sejam complexas por natureza, todos apontam no sentido de sugerir a precariedade, a incerteza e o estatuto problemático da disciplina no seio da universidade. Conforme reconheceu Peggy Kamuf (2002: 156):

In the last decade or so (...) it appears that the discipline of literary studies has begun to negotiate a transition or a displacement into the almost unlimited domain of cultural studies, media studies, communications, and so forth. This development may well indicate that a growing number of practitioners in this domain has renounced the project of taking literature seriously, at least under that name. In any case, it signals some displacement there that affects literature as the name of something to be taken seriously, in a disciplined manner.

Ainda segundo Kamuf, esta situação seria o resultado duma contradição ou equívoco de há muito existente entre a universidade com um projecto visando o conhecimento, e a literatura, acerca da qual nenhum conhecimento essencial é possível. A inclusão da disciplina nas divisões do conhecimento foi sempre ambígua e precária (cf. Kamuf 2002:157).

Por um lado, a acomodação institucional exigia que se perfilasse como qualquer outro campo do saber e que assumisse como objectivo a superação da cultura literária amadora, no sentido do conhecimento objectivo, metodologicamente informado. Por outro, a necessidade de demarcação da disciplina face às outras áreas curriculares obrigava à definição e delimitação do conceito de literatura e de valor literário, de forma a evitar que, à menor pressão, resvasse para áreas transdisciplinares (Kamuf 1997: 95-96).

É por este motivo que todos os debates que têm animado e, em parte, minado o espaço académico sobre o cânone, a natureza da interpretação, a importância da tradição, etc. são insolúveis se nos restringirmos ao âmbito da própria área disciplinar, diferentemente do que acontece quando se discute, por exemplo, a natureza dum elemento químico específico, no seio da química. E isto ocorre porque, como reconheceu recentemente Timothy Clark (2002: 91), muitas das principais questões que se colocam nos estudos literários implicam outros campos disciplinares, como a história, a filosofia ou a sociologia, passam pelo entendimento da função das humanidades e entroncam na própria ideia da universidade.<sup>16</sup>

Valerá, por isso, a pena recorrer, em termos aqui e agora necessariamente muito sumários, ao que entendemos terem sido as várias ideias subjacentes à institucio-

---

<sup>15</sup> Vejam-se: Anthony Easthope (1991), J. Guillory (1993), Peter Widdowson (1999) e Harold Bloom (1994).

<sup>16</sup> Adoptarei, na exposição que abaixo desenvolvo, um tipo de argumentação que segue de perto a de Clark (2002).

nalização académica dos estudos literários a nível universitário, socorrendo-nos para tanto do enquadramento facultado por Bill Readings, na sua obra de 1996, *The University in Ruins*. Segundo Readings, dois poderosos pilares que durante cerca de dois séculos sustentaram a ideia de universidade foram a “universidade da razão”, segundo o modelo kantiano proposto em *O conflito das faculdades* (1798), e a “universidade da cultura”, emergente do projecto fundador da Universidade de Berlim por Wilhelm von Humboldt. No primeiro caso, Kant propõe (por razões históricas específicas que não cabe aqui explicitar) um modelo de universidade assente na autonomia da razão: tratava-se de dotar a universidade de condições de independência que a transformassem num espaço em que a razão ditasse as suas próprias leis. Ainda que a universidade fosse soberana, ela subordinava-se ao poder do estado, mas este, por sua vez, tinha por obrigação protegê-la de qualquer interferência no seu projecto racional, assegurando assim que a razão prevaleceria na esfera pública (cf. Readings 1999: 58). Esta ênfase no conhecimento racional determinou, por seu turno, a necessidade de compartimentação dos saberes ou áreas do conhecimento, cada um dos quais com objectos e metodologias próprios. Este gesto de demarcação disciplinar favoreceu um certo ensimesmamento de cada área e excluiu considerações auto-reflexivas. A seriedade do trabalho académico pressupõe o centramento em questões que emergem dentro da área de especialidade e não contempla as interferências ou contaminações que podem ocorrer com as áreas confinantes. A liberdade reconhecida aos académicos no exercício disciplinado da razão é a que lhes é outorgada pelo seu grau de especialização na área de estudo respectiva, o qual, por seu lado, só os respectivos pares estão à altura de reconhecer e ratificar.

Este confinamento disciplinar não é despidendo se pensarmos como ele entra em conflito com a própria natureza porosa dos estudos literários, por excelência desafiadora das fronteiras entre saberes. Se aceitarmos que a literatura, enquanto arte da linguagem, consiste na representação verbal da acção e do pensamento humanos de acordo com certos princípios de codificação, alguns deles inerentes à sua matéria-prima, a obra literária poderá consistentemente ser abordada a partir do ponto de vista de qualquer uma das disciplinas humanísticas — história, filosofia, psicologia, linguística, sociologia, estética, etc. Poderia até argumentar-se que a dificuldade estaria na tentativa de a estudar “em si mesma”<sup>17</sup> e que os estudos literários seriam sempre parasitários de outros saberes, requerendo o contributo metodológico de outras disciplinas para uma definição de enfoque, delimitação de objectivos e selecção de critérios e exemplos (cf. Harpham 2005b).<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Lembremo-nos da advertência de Jorge de Sena, em *Dialécticas da Literatura*: “não há, na arte como na vida, *em si*, a não ser como «hipóteses de trabalho»”. E acrescenta: “e é este o erro principal de muita crítica que se imagina «ontológica» ou «fenomenológica»” (Sena 1973: 113).

<sup>18</sup> Resumindo o passado e referindo-se ao presente, Harpham afirma: “Over the years, philosophy, linguistics, psychoanalysis, and history have been remarkably effective in providing such



Mas é interessante notar que, mesmo quando, como ao longo do séc. XX, os estudos literários se socorreram da linguística, esse gesto se deveu mais à necessidade sentida de demarcação territorial e definição dum objecto próprio, bem como de utilização de terminologia adequada, do que ao reconhecimento da natureza composta e complexa do literário. E isto explica-se, pelo menos em parte, por um outro fenómeno decorrente da ideia da “universidade da razão”. Refiro-me à profissionalização da vida académica pressuposta pelo acantonamento dos saberes e pela arregimentação de especialistas que teve repercussões profundas no entendimento e abordagem do literário. Desde logo determinou a necessidade de especificação dum objecto autónomo capaz de fundar um espaço disciplinar auto-contido. Era imperioso definir a especificidade do objecto, dotando-o de características próprias susceptíveis de serem analisadas e descritas.

É assim que podem ser encarados os diferentes empreendimentos que, na primeira metade do séc. XX, se dedicaram à institucionalização dos estudos literários na academia — a chamada “Age of Criticism”, segundo M. H. Abrams (1989).<sup>19</sup> Subjacente a todos eles está um projecto que pode ser metonimicamente indiciado pelo gesto inaugural dos Formalistas Russos na sua tentativa de isolarem a literariedade — essa característica alegadamente distintiva da linguagem literária que assim se constituía em objecto privilegiado de estudo e atenção sistemáticos. Este tipo de atitudes que, no caso dos Formalistas Russos e, posteriormente, dos estruturalistas, visava fundar uma Ciência Literária, estava apostado em encontrar *no* texto literário matéria de distinção e a base quase exclusiva da interpretação.<sup>20</sup> Promoviam assim uma leitura interna que foi, posteriormente, acusada de “formalismo” ou “purismo” e que, pelo imanentismo subjacente, mereceu ampla contestação na segunda metade do séc. XX — a chamada “Age of Reading”, ainda segundo Abrams, que viria a deslocar o interesse para o eixo da recepção. A preocupação que informa estas orientações ditas “formalistas” — isolar a literatura de factores extrínsecos e abordá-

---

support, but the dominant discipline informing literary study today is the weak form of anthropology known as cultural studies, which is, by comparison with these others, theoretically and methodologically undefined” (Harpham 2005b: 7 *on-line*).

<sup>19</sup> Na sua obra, *Doing Things with Texts: Essays in Criticism and Critical Theory* (1989), nos ensaios intitulados “How to do things with texts” (1989: 269-96) e “Construing and Deconstructing” (1989: 297-332), Abrams estabelece uma diferença entre o que designa de “Age of Criticism” e o que apelida de “Age of Reading”. A primeira é balizada cronologicamente pelos anos 60 do séc. XX e põe a ênfase na obra literária em si mesma (centrando-se em “the work-as-such”), enquanto a segunda sucede cronologicamente àquela e valoriza o papel da recepção no processo de comunicação literária (focalizando-se em “the reader-as-such”).

<sup>20</sup> Poderia acrescentar ao exemplo dos Formalistas Russos o da Estilística, com a sua ênfase na noção da linguagem literária como desvio a uma norma, e o dos New Critics que criaram a noção de “ícone verbal” (*verbal icon*, proposto por W. K. Wimsatt). Em todos estes casos o que se evidencia é o propósito de encontrar fórmulas de distinção da linguagem literária.



-la em si mesma e por si mesma, está, então, intimamente ligada à necessidade de perseguir racionalmente o conhecimento e alcançar a desejada objectividade científica, conformando-se, assim, ao ideal de autonomia inerente ao modelo kantiano de universidade que a decorrente profissionalização aprofundou.

O segundo modelo de universidade explorado por Readings, a “universidade de cultura” é ideologicamente distinto do primeiro modelo ainda que, na prática, ambos coexistam. Na sua génese estiveram pensadores alemães como Schiller, Schleiermacher, Fichte, Schelling e, naturalmente, von Humboldt. Em traços necessariamente muito gerais, pode dizer-se que o projecto que, em 1810, fundou a Universidade de Berlim se baseou na indissociabilidade do ensino e da investigação e, em termos mais filosóficos, na ideia de que o conhecimento não é um conjunto estático de informação, mas um processo orgânico cumulativo. Esta natureza orgânica do conhecimento justifica, por sua vez, um ensino comprometido com a investigação e uma aprendizagem gradual e progressivamente mais identificada com as exigências disciplinares. Enfatiza-se agora um ideal de cultura — *Bildung*, como propósito definidor da função da universidade. À inquirição racional associa-se o interesse pelas tradições e modos de vida de uma nação, numa síntese em que se conjugam razão e história. A instituição universitária é, simultaneamente, encarada como arquivo ou repositório e como agente promotor do desenvolvimento, tanto no plano individual como no plano comunitário. (É neste contexto que, no caso das literaturas nacionais, se promove a filologia).

Justamente em termos semelhantes, no espaço anglófono, o Cardeal Newman defende o projecto de universidade que concebe como espaço privilegiado para levar a cabo uma educação liberal, espaço de formação alargada visando “a pessoa como um todo” (Newman 1962).<sup>21</sup> No seio desta concepção, e no caso muito particular das universidades inglesas e norte-americanas, virão a destacar-se centralmente as literaturas que se reclamam como lugar privilegiado de concretização do projecto humanista liberal.<sup>22</sup> Este novel protagonismo da literatura corresponde à peculiar versão inglesa do conceito alemão de *Bildung*. Percebida mais como forma de conhecimento singular do que como objecto de conhecimento, a literatura configurava-se, apesar disso (ou por isso mesmo) como a disciplina por excelência, sob o impulso dum homem como F. R. Leavis. Encarada como prática de escrita imaginativa, mobilizadora de valores humanos capazes de se oporem ao utilitarismo bentamita e aos imperativos da economia política, a(s) Literatura(s) nacional(ais) (neste caso concreto, a inglesa) é (são) agora recentrada(s) e entendida(s) não tanto como um

---

<sup>21</sup> Tradução minha da expressão “the whole person”.

<sup>22</sup> Sobre o relativo desfavor de que gozou a filologia nas universidades anglófonas, por contraste com o modelo prevalecente no continente europeu, veja-se Faria (2004: 10-11). Agradeço à autora que gentilmente me facultou o uso do texto dactilografado da sua lição de que aqui tiro partido.

sector especializado dentro do projecto global de investigação na Universidade, mas mais como centro simultaneamente aglutinador e irradiador de valor humanizante que opera transversalmente em relação a todo o edifício disciplinar<sup>23</sup> — uma unidade de natureza “supra-disciplinar”.<sup>24</sup>

Decorrem destas duas concepções de universidade modos ainda há bem pouco tempo prevalecentes de entender o objecto “literatura”.<sup>25</sup> Do ideal kantiano de autonomia disciplinar deriva a atitude que tende a isolar a literatura, desligando-a de nexos contextuais, e a tratá-la “como literatura”, procurando estabelecer e descrever a especificidade da linguagem literária, entendida como objecto de investigação por excelência dos estudos literários, na busca incessante dos seus traços singulares — só estes, alegadamente, nos permitem aceder à sua essência, sem deturpá-la ou distorcê-la por via de um qualquer programa instrumentalizador. Da ideia básica da universidade como espaço de formação e foco irradiador de cultura herdámos uma noção, filtrada pelos estudos em torno da literatura inglesa (*English*), que a encara como centro do processo de educação liberal e se mostrou hostil, pelo menos durante várias décadas, a toda e qualquer forma de teorização.

Nem a reivindicação da autonomia disciplinar da literatura fundada na alegada especificidade da sua linguagem, nem o seu pretenso estatuto supra-disciplinar e formativo podem hoje ser evocados como fórmulas não problemáticas de legitimação dos estudos literários. A crise nos estudos ingleses, por exemplo, tal como Readings a encara, é parte constitutiva duma crise mais alargada que afecta o próprio conceito de universidade como um todo. A saída para muitos dos que aí laboram parece ser a de reclamar para o seu trabalho uma dimensão anti-institucional (em termos que mais abaixo explicitarei), o que nos conduz ao último modelo proposto por Readings: a “universidade da excelência”. Trata-se, nas palavras de Luísa Leal de Faria (2004: 30), do resultado da “erosão da associação entre universidade, cultura e nação” que deu lugar a uma “corporação transnacional” orientada por um conceito — o de excelência, vazio de conteúdos, desreferencializado, que leva ao funcionamento puramente administrativo e burocrático da universidade, visando a sua auto-perpetuação a custos mínimos. Este novo espaço interiorizou uma lógica empresarial em que, e cito de novo Leal de Faria: “as relações de custo-benefício, os indicadores de *performance*, o *ranking* das universidades, os nichos de excelência que as tornam mais competitivas num mercado onde o saber se transformou em *commodity* indiciam claramente a tendência para a Universidade se transformar num sistema burocrático e deixar de ser, como dizia Althusser, um Aparelho Ideológico do Estado” (Faria 2004: 26).

---

<sup>23</sup> Cf. Leavis (1943), em que usa o adjectivo “humane” para distinguir o que chama de “humane tradition” de “humanist tradition”.

<sup>24</sup> O qualificativo “supra-disciplinary” é usado por Clark (2002: 96) para caracterizar o modelo de Leavis (1943).

<sup>25</sup> Sobre estes entendimentos e sua recente falência, veja-se Bissell (2002, especialmente pp. 5-10).

Independentemente de podermos ou não concordar totalmente com o diagnóstico de Readings e designadamente quanto ao anúncio do desaparecimento do estado nação e, por consequência, à suspensão do compromisso entre as universidades e as respectivas culturas nacionais,<sup>26</sup> a verdade é que se tornou hoje fácil reconhecer o predomínio da lógica economicista praticada globalmente no governo das instituições académicas de nível superior que gera fundados receios pelos efeitos que a sua aplicação cega possa ter, sobretudo no âmbito das humanidades.

Neste contexto o que podem fazer as disciplinas humanísticas e, em particular, os estudos literários? Se nos socorrermos uma vez mais de Readings na resposta a esta questão, vemos como, para ele, o que se torna imperativo é uma revitalização do pensar, sem ilusões quanto à possibilidade de promoção de consensos. Muito pelo contrário, em seu entender, é do dissenso que se trata e este pressupõe uma relativização ou diluição da própria lógica disciplinar, permitindo pôr em causa a compartimentação e o profissionalismo neutralizador característicos da “universidade de excelência”. Tratar-se-ia, então, dum tipo de comportamento “anti-profissionalista responsável” (nas palavras de Timothy Clark 2002: 103) que consistiria em levar até aos limites da incapacidade a competência específica desenvolvida no seio duma disciplina por forma a apelar à discussão com colegas doutras disciplinas e até com outros, situados fora da academia. Deste modo se promoveria, mesmo que indirectamente, a reflexão sobre a interdependência disciplinar e a própria noção da universidade como um todo.<sup>27</sup> A propósito, não posso deixar de fazer um reparo sugerindo a importância, neste contexto, da criação ou preservação na universidade de lugares propiciadores de encontros entre as várias disciplinas: departamentos ou centros pluridisciplinares como os que são definidos por línguas ou regiões (como por exemplo, um Departamento de Estudos Ingleses), centros ou programas de estudos comparados, licenciaturas mistas e abertas, etc. Estes serão, sem dúvida, os espaços que melhor acolhem os praticantes dos estudos literários.

Neste cenário, que pode alguém situado neste campo de estudos oferecer? Um lugar privilegiado de reflexão e prática. E porquê? Exactamente porque, como já foi dito, a literatura, pela sua natureza porosa, proteica, compósita, complexa, indefinida e indefinível, sempre ofereceu resistência à inclusão rígida num território disciplinar bem demarcado e à definição ontológica do seu objecto. Esta impertinência institucional, evidenciada pelas confrontações a que temos assistido, produziu um efeito de insustentável instabilidade e descentramento no objecto dos estudos literários dificultando a respectiva inserção no espaço académico: a literatura deixava

---

<sup>26</sup> Sobre isto veja-se Faria (2004: 27), Samuel Weber (2001: 229) e Ansgar Nünning (2005, especialmente pp. 46-49).

<sup>27</sup> É também neste sentido que se perfilam os chamados “area studies” que, privilegiando como denominador comum a várias disciplinas o objecto que as ocupa – uma área geográfico-cultural, promovem activamente a complementaridade entre elas. Sobre isto, veja-se, a título de exemplo: Hans Kuijper (2008).

de ser vista como artefacto com marcas linguísticas específicas e passava a ser encarada como constructo variável da responsabilidade dos leitores (singulares ou colectivos) ou como constructo ideológico (potencialmente suspeito na sua instrumentalidade política) historicamente determinado e, nesse sentido, equivalente a qualquer outra prática discursiva socialmente orientada.

Perante o quadro sinopticamente aqui traçado não admira, pois, que aquilo que hoje podemos ler retrospectivamente como os primeiros indícios da crise da universidade se tenham feito sentir, de modo indirecto, inicialmente no âmbito dos estudos literários, primeiro nos anos 60, com a emergência da teoria e, depois, duas décadas mais tarde, com o que ficou conhecido na academia como “guerras da cultura” (“culture wars”)<sup>28</sup> e que opôs os praticantes dos “estudos culturais” aos críticos literários e aos teóricos da literatura.

Foi justamente pelo carácter problemático do objecto e pelas diferenças radicais quanto ao modo de o entender que os estudos literários se tornaram na primeira arena de contestação indiciadora duma mudança de modelo da própria universidade. Porque, de todas as áreas disciplinares, a que se centra na literatura é aquela que, pelo carácter peculiar do seu objecto, se mostra mais refractária à inclusão no espartilho disciplinar, foi aí naturalmente que mais cedo e mais agudamente se fizeram sentir as insuficiências e a falência das ideias de universidade herdadas dos séculos anteriores. No fundo, haverá sempre uma tensão insolúvel entre a força da literatura e os valores institucionais, como reconheceu Timothy Clark (2002: 103):

Cross-disciplinarity crosses, defines, and constitutes the object “literature” in such a way that any discipline of literary study cannot but be in a state of continual crisis as to its relation to other disciplines, to the university as a whole, and to the question of criticism’s relation to the university’s outside. Such cross-disciplinarity has always functioned in literary study, whether openly or covertly, and has been one reason for its vitality or, if you prefer, for its continuing crisis.

Opor aos valores institucionais a força da literatura é algo que só se consegue, porém, se tomarmos consciência e habitar-mos por dentro essa “estranha instituição”<sup>29</sup> que é a literatura. Por outras palavras, se formos capazes de tirar partido e revitalizar as dimensões múltiplas do fenómeno que nos ocupa e, enquanto professores, acreditarmos nas potencialidades do seu ensino.

---

<sup>28</sup> Sobre estas, vejam-se, entre outros, Faria (2004), Knapp e Pence (2003a), Ziarek e Deane (2000), Docherty (2002) e Frow (2002).

<sup>29</sup> “This Strange Institution Called Literature” é o título duma entrevista a Jacques Derrida, conduzida por Derek Attridge e publicada em *Acts of Literature* (Derrida 1992). Nela Derrida defende que a literatura é uma “estranha instituição” porque, apesar de ser uma instituição histórica com as suas convenções, regras, etc., é anti-institucional por natureza, autorizando a que nela tudo se possa dizer e por isso: “it is an institution which tends to overflow the institution” (Derrida 1992: 36).

Num interessante ensaio sobre a actual situação dos estudos literários, seu lugar nos *curricula* universitários e as perspectivas para a sua aplicação e desenvolvimento futuros, John Frow defende:

At a mundane level, the most important questions for literary studies — the questions that go to the heart of its connection to the world — have to do not with research and the higher reaches of disciplinary development but with undergraduate teaching and the question of what might count as *useful knowledge for a literary propaedeutics*. The answer to that question is, I believe, *less the imparting of systematic information than the teaching of a practice — of “reading” in the broadest sense* — which would meet three conditions: it must be at once continuous with and richer than untutored practice; it must have a theoretical foundation which can be generalised; and it must be able to be extrapolated from “literary” texts to other discursive kinds. It would be at once *a practice of intense scrutiny and intense connection*, and it would be integrated with directly rhetorical skills of writing and arguing. (Frow 2002: 152-153, ênfases minhas.

Ao longo dos últimos trinta e cinco anos de docência, tenho-me dedicado ao ensino duma propedêutica literária, na Faculdade de Letras, ultimamente designada de Introdução ao Estudo da Literatura, a par de outras cadeiras de literatura e, mais recentemente, de estudos inter-artes. O que justifica a minha preferência continuada pela primeira é a crença na pertinência de uma unidade curricular de carácter propedêutico entendida, nos seus parâmetros definidores, em termos semelhantes aos que são equacionados por Frow no passo supracitado: uma propedêutica menos orientada para a veiculação de informação e mais preocupada em constituir-se como espaço propício à prática da leitura, entendida como potenciadora de espírito crítico, teoricamente fundamentada, e susceptível de ser transposta para o âmbito de outras práticas discursivas. Como exercício de leitura, deverá ser simultaneamente mais exigente e mais minuciosa do que uma leitura amadora e, conseqüente e simultaneamente, mais sintonizada e aberta à letra do texto e às suas irradiações de sentido.

Em traços gerais, o que, na minha opinião, se deve promover é aquilo que Derek Attridge (2004) define como leitura literária e que distingue de outros tipos de leitura de carácter instrumental.<sup>30</sup> A necessidade sentida por Attridge de recolocar o texto literário no cerne dum intercâmbio singular entre o seu produtor e o seu receptor e de conceber este intercâmbio como um evento singular, único e irrepetível (uma “performance”, como lhe chama), em que à carga criativa do momento original vai corresponder, como que por reflexo especular, para usar uma metáfora, uma resposta inventiva por parte do leitor, coincide inteiramente com aquilo que me parece urgente levar a cabo nas aulas de literatura. Esta tarefa inclui: sensibilizar os estudantes para a natureza singular da experiência da leitura de obras literárias, no que ela tem de único e insubstituível, como momento potenciador de uma troca

---

<sup>30</sup> Sobre a diferença entre leitura literária e leitura instrumental, veja-se Attridge (2004: 7 e 118-119).

complexa e, a mais das vezes, exigente, mobilizadora de afectos, de conhecimentos e de valores que as formas de vida representadas reclamam. Mas, ao mesmo tempo, reconhecer a dimensão linguística do texto que se nos comunica como jogo de linguagem indissociável daquelas “formas de experiência”<sup>31</sup> e garantir a aquisição, a aprendizagem e o exercício de instrumentos conceptuais e de análise que possibilitem ao estudante enfrentar com alguma confiança a complexidade da obra e aprofundar criticamente o momento da leitura. Isto sem perder de vista o prazer estético gerado pelas interações e interdependências dos jogos de linguagem e das formas de experiência representada, que confere à leitura um carácter gratificante.<sup>32</sup>

O que, deste modo, se procura enfatizar não é tanto a estabilidade objectal e a insularidade do fenómeno literário, antes a sua instabilidade, o dinamismo e as múltiplas dependências: do contexto de produção e do contexto de recepção, da relação com outros textos (anteriores, contemporâneos e posteriores, literários e não literários), do seu produtor com outros produtores passados e/ou contemporâneos, de um sentido sempre adiado que torna todas as interpretações provisórias — factores que nos impedem de conceber os estudos literários como um projecto epistemológico assimilável aos que presidem às outras áreas do saber e o seu objecto como susceptível de consolidação e descrição estável e definitiva.

Se, desta forma, me distancio criticamente da possibilidade de aplicação directa e acrítica do modelo racional kantiano ao domínio do estudo da literatura, não recuso nem enjeito a necessidade dum rigor disciplinar que é, neste caso concreto, necessariamente indisciplinado, no sentido em que desafia continuamente as fronteiras delimitadoras dum campo que, por natureza, insistentemente trespassa. Mas, esta transdisciplinaridade inerente não prescinde, a meu ver, de rigor disciplinar, muito pelo contrário. Como defende Harpham, num debate recente sobre as humanidades:

Postdisciplinarity is clearly not the most productive response to a crisis in traditional disciplinarity, since what is needed today is more not less discipline, and stronger not weaker disciplines. Scholars in the humanities must not confuse a hospitality to innovation and reconfiguration with an indifference to rigor and accuracy (Harpham 2005a: 35).

---

<sup>31</sup> Genette (1968: 137-138) usa “forma de expressão” e “forma de experiência” para se referir às duas faces indissociáveis do “signo literário” (o qual replica, no sistema de 2º grau que é a literatura, o signo linguístico) que está na base dum “estilo”.

<sup>32</sup> A dimensão do prazer estético inerente à leitura literária foi recentemente enfatizada por Harpham no já referido artigo, disponível on-line, intitulado “Politics, Professionalism, and the Pleasure of Reading”; aí pode ler-se: “[t]he distinctive form of aesthetic pleasure that we take from the literary experience gives us the sense that we are being deepened, empowered, and enriched even as we are being entertained or charmed – pleased in the deepest sense. Such a complex experience is difficult to theorize, professionalize, or politicize, but it is a vital and essential dimension of literary study, and should be maximized whenever possible.” (Harpham 2005b: 9 *on-line*).

A competência pressuposta por qualquer empreendimento interdisciplinar envolvendo os estudos literários exige a mobilização por parte dos estudiosos deste campo dos saberes desenvolvidos e das práticas apuradas na sua disciplina ao longo de décadas e que permitem acolher, registar e dar substância à complexidade que o discurso literário instaura enquanto sobreposição e mescla dum sistema simbólico e dum sistema social.<sup>33</sup> Exige ainda que se tenha presente tudo aquilo que as sucessivas teorias e debates no seio da disciplina vieram trazer como acréscimo à consciência teórico-crítica dos seus praticantes e como contributo à problematização da sua prática.

Por outro lado, ainda que hesite em reclamar confiadamente para os estudos literários qualquer projecto formativo nos termos em que o fizeram os defensores da “universidade da cultura” (com o seu correlato de *Bildung*), não deixarei de afirmar uma dimensão ética inerente à noção de leitura. Esta dimensão pode ser interpretada tão só como um momento de abertura e de aprofundamento: abertura ao “outro” que é o texto, que se me comunica quando o leio e o qual devo ser capaz de acolher atentamente. Pelo contacto silencioso com esse outro da escrita literária, pela aceitação da sua diferença (que só em parte sou capaz de traduzir), revisito-me e revejo-me e descubro-me revelada por textualidade interposta. Não se trata de reclamar para a literatura uma função reformadora: um bom leitor não é necessariamente uma boa pessoa. Trata-se apenas de reconhecer que pela leitura se adquire “uma disposição, um hábito, um modo de estar no mundo das palavras”<sup>34</sup> que pode corresponder a um gesto libertador (para o outro e para o próprio). Nas palavras de Attridge:

To respond to the demand of the literary work as the demand of the other is to attend to it as a unique event whose happening is a call, a challenge, an obligation: understand how little you understand me, translate my untranslatability, learn me by heart and thus learn the otherness that inhabits the heart. It means suspending all those carefully applied codes and conventions and reinventing them, as if this work brought them into being even while it proved them limited in their scope (Attridge 2004: 131).

São estes processos de abertura, acolhimento e (auto-) questionação, esta capacidade de resposta à partida imprevisível e não programável que os estudos literários, através duma prática de leitura que aqui designei (segundo Attridge) de literária, podem e devem promover. Parecerá um contributo modesto, no contexto de crise a que aludi, mas é, a meu ver, o único que realisticamente, enquanto professores de literatura, podemos oferecer, se aceitarmos que o estudo da literatura também

---

<sup>33</sup> Sigo, neste particular, Ansgar Nünning quando afirma: “literary scholars who are interested in historical and cultural issues are faced with the task of having to gain insights into literature as a social system with the help of sophisticated methods of textual analysis and by examining the symbol systems of individual cultures” (Nünning 2005: 36).

<sup>34</sup> “[A] disposition, a habit, a way of being in the world of words” (Attridge 2004: 130).



constitui, citando Iris Murdoch (2004: 33): "an education in how to picture and understand human situations".

## Bibliografia

- Abrams, M.H. (1989). *Doing Things with Texts: Essays in Criticism and Critical Theory*. New York and London: W. W. Norton & Company.
- Ahrens, Rüdiger, and Klaus Stierstorfer, ed(s). (2006). *Symbolism: an International Annual of Critical Aesthetics* 6 (Fall/Winter). New York: AMS Press.
- Attridge, Derek (2004). *The Singularity of Literature*. London: Routledge.
- Bessière Jean (1995). "Literatura e representação". *Teoria Literária*. Dir. Marc Angenot et al. Trad. Ana Luísa Faria e Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 377-396.
- Bissell, Elizabeth Beaumont (2002). Introduction. *The Question of Literature: The Place of the Literary in Contemporary Theory*. Angelaki Humanities. By Bissell. Manchester: Manchester University Press. 1-18.
- Bloom, Harold (1994). *The Western Canon: The Books and the School of the Ages*. Basingstoke: Macmillan.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Razões práticas: Sobre a teoria da acção*. Trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora.
- Casement, William (1996). *The Great Canon Controversy: The Battle of the Books in Higher Education*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Clark, Timothy (2002). "Literary Force, Institutional Value". *The Question of Literature: the Place of the Literary in Contemporary Theory*. Ed. Elisabeth Beaumont Bissell. Manchester: Manchester University Press. 91-104.
- DeKoven, Marianne (2002). "The Literary as Activity in Postmodernity". *The Question of Literature: The Place of the Literary in Contemporary Theory*. Angelaki Humanities. Ed. Elizabeth Beaumont Bissell. Manchester: Manchester University Press. 105-125.
- Derrida, Jacques (1992). "This Strange Institution Called Literature". Interview with Jacques Derrida by Derek Attridge. *Acts of Literature*. Ed. Derek Attridge. New York, London: Routledge. 33-75.
- Docherty, Thomas (2002). "The Question Concerning Literature". *The Question of Literature: The Place of the Literary in Contemporary Theory*. Ed. Elizabeth Beaumont Bissell. Manchester: Manchester University Press. 126-141.
- Eagleton, Terry (2006). *How to Read a Poem*. Malden, Oxford: Blackwell Publishing.
- Easthope, Anthony (1991). *Literary into Cultural Studies*. London, New York: Routledge.
- Faria, Luísa Leal de (2004). "Do 'Conflito das Faculdades' às 'Guerras de Cultura' Lição de síntese". Provas de Agregação. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Frow, John (2002). "Literature as Regime (Meditations on an Emergence)". *The Question of Literature: The Place of the Literary in Contemporary Theory*. Ed. Elizabeth Beaumont Bissell. Manchester: Manchester University Press. 142-155.
- Genette, Gérard (1968). "Raisons de la critique pure". *Les chemins actuels de la critique*. 10, 18: 137-38.

- Graff, Gerald (1992). *Beyond the Culture Wars: How Teaching the Conflicts Can Revitalize American Education*. New York: W. W. Norton.
- Guillory, J. (1993). *Cultural Capital: The Problem of Literary Canon Formation*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Harpham, Geoffrey Galt (2005a). "Beneath and Beyond the Crisis in the Humanities". *New Literary History* 36,1: 21-36. Disponível em [http://muse.jhu.edu/demo/new\\_literary\\_history/v036/36.1harpham01.html](http://muse.jhu.edu/demo/new_literary_history/v036/36.1harpham01.html) (acedido 22-08-2006).
- \_\_\_\_\_. (2005b). "Politics, Professionalism, and the Pleasures of Reading". *Daedalus* 134, 3: 68-75. Disponível em <http://www.amacad.org/publications/summer2005/Harpham.pdf> (acedido 15-08-06).
- \_\_\_\_\_. (2005c). "Returning to Philology: The Past and Future of Literary Study". *New Prospects in Literary Research*. Ed. Koen Hilberdink. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences. 9-26. Disponível em <http://www.knaw.nl/publicaties/pdf/20051060.pdf> (acedido 15-08-06).
- Hillis Miller, Joseph (2001). "Literary Studies among the Ruins". *Diacritics* 31, 3 (Fall): 57-66.
- Jameson, Fredric (1981). *Political Unconscious: Narrative As a Symbolic Act*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kamuf, Peggy (1997). *The Division of Literature: Or the University in Deconstruction*. Chicago: The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (2002). "'Fiction' and the Experience of the Other". *The Question of Literature: the Place of the Literary in Contemporary Theory*. Ed. Elisabeth Beaumont Bissell. Manchester: Manchester University Press. 156-174.
- Knapp, A. James, and Jeffrey Pence, ed(s). (2003). *Between Text and Theory; or Reflective Turn*. Spec. Issue of *Poetics Today* 24, 4 (Winter).
- \_\_\_\_\_. (2003a). Introduction. *Between Text and Theory; or Reflective Turn*. Spec. Issue of *Poetics Today* 24, 4 (Winter): 641-671.
- Kuijper, Hans (2008). "Area Studies versus Disciplines. Towards an Interdisciplinary, Systemic Country Approach". Disponível em: [http://www.asvj91.dsl.pipex.com/Hans\\_KUIJPER/AREA\\_STUDIES\\_Vs\\_DISCIPLINES\\_Hans\\_KUIJPER.pdf](http://www.asvj91.dsl.pipex.com/Hans_KUIJPER/AREA_STUDIES_Vs_DISCIPLINES_Hans_KUIJPER.pdf) (acedido 15-07-09).
- Leavis, F. R. (1943). *Education and the University: A Sketch for an English School*. London: Chatto & Windus.
- Menand, Louis (2001). "The Marketplace of ideas". *American Council of Learned Societies Occasional Paper* 49. Disponível em <http://acls.org/op49.htm>.
- Mitchell, W. J. T. (1990). "Representation". *Critical Terms for Literary Study*. Ed. Frank Lentricchia and Thomas McLaughlin. Chicago: The University of Chicago Press. 11-22.
- Murdoch, Iris (2004). *The Sovereignty of Good*. London: Routledge. [1970].
- Newman, J. (1962). *The Idea of the University, Defined and Illustrated, in Nine Discourses Delivered to the Catholics of Dublin in Occasional Lectures and Essays Addressed to the*

- Members of the Catholic University*. Ed. Martin Svaglic. New York: Holt, Reinehart and Winston.
- Nünning, Ansgar (2005). "Literary studies and — as — into cultural studies: Gauging a complex relation and suggestions for the future directions of research". *New Prospects in Literary Research*. Ed. Koen Hilberdink. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences. 27-54.
- Readings, Bill (1999). *The University in Ruins*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press. [1996].
- Sena, Jorge de (1973). *Dialécticas da Literatura*. Lisboa: Edições 70.
- Scholes, Robert (1998). *The Rise and Fall of English: Reconstructing English as a Discipline*. New Haven: Yale UP.
- Todorov, Tzvetan (2007). *La littérature en péril*. s.l.: Flammarion.
- Weber, Samuel (2001). "The Future of the University". *Institution and Interpretation: Expanded Edition*. Stanford: Stanford University Press.
- Widdowson, Peter (1999). *Literature*. London, New York: Routledge.
- Ziarek, Krzysztof, and Seamus Deane (2000). Introduction. *Future Crossings: Literature Between Philosophy and Cultural Studies*. Ed. Krzysztof Ziarek and Seamus Deane. Evanston: Northwestern University Press. 1-23.